

# CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMUNITÁRIOS: CONTRASTES E PERSPECTIVAS

Ana Lúcia Soares da Conceição **Araújo** – UFBA

## **Introdução**

O presente artigo tem em vista trazer apresentação e análise dos resultados parciais da investigação do mestrado, que tinha como foco de estudo as creches comunitárias que emergiram de associações de bairro, focalizando as políticas públicas de Educação Infantil, buscando analisar a relação dessas instituições com as ações governamentais do Município de Salvador, bem como as formas de intervenção da população no intuito de possibilitar o acesso e permanência das crianças de 0 a 06 anos nesse nível da educação básica, no decênio 1997-2007.

Buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: em que medida as alternativas encontradas pela população de Salvador, em decorrência das lacunas deixadas pela política educacional, configuram-se como uma forma de ampliação, acesso e permanência qualitativa do direito das crianças de 0 a 06?<sup>1</sup> A escolha por essa faixa etária se deu por perceber constantes iniciativas dos moradores do bairro São Caetano, um dos bairros mais populosos da periferia da capital, em prover o cumprimento do dispositivo legal do direito à educação da criança pequena.

O percurso metodológico foi alicerçado numa interpretação dinâmica da realidade, observando nos fatos as contradições e influências históricas, econômicas e sociais na compreensão do fenômeno estudado, por esta razão elegeu-se o materialismo histórico-dialético como método.

Os procedimentos que ajudaram a compreender as implicações e fronteiras entre o papel do Estado e as instituições comunitárias na consecução das políticas de Educação Infantil foram entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Os sujeitos da pesquisa que colaboraram com o processo investigativo foram gestores dos órgãos públicos vinculados à Educação Infantil, representantes de ONG's, líderes da associação de moradores, profissionais, as famílias e crianças das instituições comunitárias que auxiliaram na tessitura de como vem sendo implementado o acesso, expansão e a

---

<sup>1</sup> Embora a Lei nº 11.274/05 estabeleça a inclusão das crianças de 06 anos no Ensino Fundamental. Neste trabalho, considerou-se a Educação Infantil, ainda, a faixa etária de 0 a 06 anos por se constituir período de transição até 2010.

permanência das crianças nas creches e pré-escolas comunitárias.

O suporte teórico utilizado para atingir os objetivos da pesquisa foi apoiado, principalmente, em obras que apontassem um contraponto de superação dos ideais neoliberais propostos por Friedman (1980) que propunham a desregulamentação do Estado na oferta e manutenção dos direitos sociais e a transferência para a sociedade civil com medidas individuais e isoladas. Para tanto, foram utilizadas as obras de Montañó (2002), Gohn (2005), Peroni (2003), Azevedo (2004), dentre outros, por fazerem uma crítica ao padrão emergente de intervenção social, desencadeadas a partir da década de 1990, e por acenarem para uma visão ampliada de Estado, exigindo uma função de engajamento político, crítico e consciente da sociedade civil.

## **1. O papel do Estado nas políticas públicas de Educação Infantil**

Nas décadas de 1970 e 1980, período de maior abertura política e emergência das tensões sociais latentes no Brasil intensificaram-se as reivindicações por creches. O movimento feminista exigiu uma nova configuração para o seu atendimento, não mais como a proposta inicial com a qual se destinava assistencialista-custodial, mas para que assumisse um caráter educacional como um direito da criança de 0 a 06 anos e dever do Estado. A partir da década de 1990, outros instrumentos legais foram formulados na tentativa de reiterar a elevação das crianças como sujeitos sociais.

Os anos 90 foram marcados também, por mudanças sociais significativas no plano global, cristalizando as políticas neoliberais de forma mais efetiva nos países em desenvolvimento, principalmente com as orientações das instituições financeiras multilaterais, exercendo um colonialismo camuflado e sutil como “as guardiãs dos pobres”. As políticas sociais passam a ser o foco para a erradicação da pobreza e a Educação assume um papel importante como mecanismo de manobra para as alterações estruturais nos países periféricos. Inicia-se com mais intensidade, como corrobora Peroni (2003), uma era marcada por política social sem direitos sociais.

No Brasil, essa força dos organismos internacionais foi traduzida em várias reformas que interferiram na política educacional, dentre as quais podemos citar o Plano de Reforma do Estado, apresentado por Pereira (1995), que buscava desonerar o Estado com as políticas sociais, designando-lhe uma função de regulador e não mantenedor.

Apesar de diretrizes nacionais para ampliação e melhoria da qualidade do atendimento na Educação Infantil anunciar a tentativa de superação do assistencialismo para o caráter educacional, desde a década de 1990, ainda encontramos, na prática, ausência de atendimento em regime integral ou parcial das crianças pequenas no Município de Salvador. Percebe-se como a relação de número de creches e pré-escolas públicas nos bairros de extratos sociais desfavorecidos são incipientes e díspares.

Somado a isso, como pontua Bastos & Peixoto (1991), as alternativas encontradas pela população para assumir para si, total ou parcialmente, a responsabilidade do Estado, são marcadas pela precariedade de condições infra-estruturais para manutenção contínua do serviço, por uma mão-de-obra muitas vezes despreparada, e pela ausência de uma proposta que associe o educar e o cuidar de uma forma que respeite o desenvolvimento das crianças.

Essas inquietações estão atreladas, também, ao caráter público e privado da educação brasileira. A Educação Infantil, como parte da educação básica atual, está inserida nessa relação contraditória, a qual, ao longo dos anos, sempre esteve interpenetrada: espaços públicos e privados, sem consumir-se como um direito de todas as crianças de 0 a 06 anos e como política pública estatal. É possível que a minimização do Estado, imposta pelas políticas neoliberais na nova fase do capitalismo, deixe essa lacuna para a educação da criança pequena de forma mais visível, uma vez que abre caminho para uma educação pública não-estatal. As famílias dos extratos sociais marginalizados de outros bens sociais básicos tentam buscar alternativas, a fim de resgatar um dos seus direitos cerceados: a Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade.

Os precursores do neoliberalismo argumentavam que “a cooperação voluntária não é menos eficaz para organizar as atividades de caridade do que para coordenar a produção para o lucro” (FRIEDMAN 1980, p. 48). O autor ainda sugere em suas idéias, a atuação direta dos pais em vez do Estado, alegando que ninguém melhor que os próprios pais poderiam prover a educação pública de qualidade. Para tanto, os pais arcariam com os custos operacionais, exceto o pagamento dos professores que seriam efetuados por ações voluntárias. Recursos privados substituiriam recursos fiscais.

A partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é implementado, por intermédio do MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado - um Plano Diretor dessa reforma. A medida constituiu-se em uma política de privatização do

público. O mentor da reforma foi o então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A sua proposta é de responsabilizar o chamado “terceiro setor”, “setor não-governamental” ou “setor sem fins lucrativos” para assumir a área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com financiamento do Estado na administração dos interesses coletivos públicos. Sua justificativa é que essa prática caracteriza-se por uma participação cidadã da sociedade civil nos assuntos públicos.

O primeiro censo da Educação Infantil realizado em 2001, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP - revelou, por exemplo, a antiga prática voluntária na educação das crianças de 0 a 06 anos:

A participação da sociedade na Educação Infantil por meio do trabalho voluntário é bastante expressiva. Em 7 mil estabelecimentos, 8% do total, o cargo de direção é ocupado por um voluntário. Existem também 5 mil escolas que têm pessoas trabalhando espontaneamente no setor administrativo. Em serviços relacionados à alimentação das crianças são outros 4,6 mil estabelecimentos contando com o voluntariado.

Segundo o levantamento, o trabalho voluntário é sempre mais significativo nas escolas onde há maior número de crianças. Naquelas têm mais de 100 alunos, o percentual de participação na direção é de 10% dos estabelecimentos. Nos cargos administrativos o índice é de cerca de 8%.

Em 7% das creches, cerca de 1,8 mil escolas, os voluntários são responsáveis pela coordenação ou orientação pedagógica dos alunos. Na pré-escola existem 3,5 mil estabelecimentos que contam com pessoas nessa mesma função. O voluntariado também é expressivo na função de professor: 1,7 mil estabelecimentos de creche e 5,7 mil que oferecem a pré-escola têm a participação de membros da comunidade. (MEC/INEP, 2001, p. 4)

Fincada em princípios da “boa vontade”, “caridade”, “solidariedade”, a ação voluntária como uma ação permanente de trabalho esconde uma série de mecanismos espoliativos que prejudicam a permanência qualitativa do atendimento educacional à criança pequena. Garantem apenas o acesso precário a Educação Infantil, ainda em uma concepção de “guardá-las”, enquanto seus pais estão trabalhando.

Quando membros da comunidade se propõem a essa prática, prejudicam a si mesmos, pois sua força de trabalho é vendida gratuitamente, negando direitos trabalhistas básicos como a remuneração mensal, pagamento das férias, 13º salário, enfim, desqualifica o reconhecimento profissional dos educadores que desempenham qualquer atividade educativa com as crianças, desde a elaboração da alimentação à realização direta das atividades pedagógicas. O depoimento da ex-presidente e membro

fundadora da Associação das creches e pré-escolas - ACREDITE<sup>2</sup> - revela as conseqüências do trabalho voluntário permanente:

[...] existe um percentual de 3% que o Município libera a cada 6 meses pra instituições comunitária e filantrópicas que são filiadas a uma associação ou que são associadas diretamente ao Município, e eles recebem um percentual, uma verba, que eu não sei de fato a origem dela, mas ela é destinada à remuneração dos profissionais. Aí esse dinheiro chega na instituição e o profissional recebe esse dinheiro que, às vezes, chega ao salário, mas não é uma coisa que acontece sistematicamente, mensalmente, acontece 2 vezes no ano e que pra instituição é um grande presente porque principalmente chega em dezembro todo mundo quer receber um dinheirinho. Só que acontece uma série de problemas, por exemplo, eles escrevem as 3 professoras na instituição, como todo mundo ali não tem carteira assinada e não recebem, então o valor daquelas três é rateado pela zeladora, cozinheiro, por A, B e C. Então, eu que trabalhei na sala de aula, dando aula pra 40 meninos durante os 10 meses tenho que socializar minha remuneração, dividir com os outros profissionais também.<sup>3</sup>

A precariedade das relações de trabalho influencia na qualidade do atendimento, uma vez que essa situação precarizada gera descontentamento, cria desequilíbrio emocional com alteração de humor, impaciência, que serão refletidos no trato com as crianças. Ora, as pessoas da comunidade precisam de comida, de aprimoramento, de seguridade social para usufruir desses bens sociais necessários a uma vida digna, precisam de um valor mínimo correspondente à venda de sua força de trabalho - como essas pessoas desempenharão satisfeitas o seu trabalho se o básico, para garantia de sua sobrevivência, é negado?

Um outro grave problema é a formação dessas pessoas. Geralmente, o único requisito para ocupar uma função nessas instituições, que emergem pelo empenho da população, é o “gostar de crianças”, o que ocasiona o desconhecimento de fundamentos psicológicos e sociofilosóficos dos primeiros seis anos de vida da infância, acarretando, mais uma vez, um assistencialismo voltado, apenas, para os cuidados das necessidades de alimentação e asseio da criança, como corrobora a presidente da associação e

---

<sup>2</sup> Associação fundada em 04 de novembro de 1999, possuía até abril de 2006, 40 instituições filiadas. Ela congrega os líderes e profissionais que trabalham nas creches e pré-escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas e foi criada para aprimoramento dos professores e discussão das condições de trabalho.

<sup>3</sup> Entrevista concedida em abril de 2006, na sede da ACREDITE, localizada no Caminho de Areia, em Salvador-BA.

coordenadora da creche da Baixa de Camurugipe, em São Caetano, quando indagada sobre a sua formação e o motivo pelo qual resolveu trabalhar com Educação Infantil: “Trabalho porque gosto de crianças, desde os 18 anos. Decidi fazer um trabalho voluntário, porque as mães sempre precisavam”<sup>4</sup>.

O trabalho voluntário é assumido em função de alternativas imediatas e pontuais encontradas pela comunidade, em função da negligência do Estado de prover o seu dever universal, gratuito e público com a Educação Infantil. Na verdade, a liberdade de escolha das famílias de baixa renda para os seus filhos pequenos consiste na implantação de espaços inadequados para o seu desenvolvimento, com recursos humanos despreperados para o trabalho de Educação Infantil, arcado com materiais da própria comunidade. No próximo capítulo, serão descritos os fatores e impasses, em Salvador, que têm dificultado o acesso e a expansão da educação de 0 a 06 como um dever estatal.

## **2. O Histórico da mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano**

Nas formas de intervenção da população pode-se perceber o espaço de tensão em que se concentram a esfera pública e privada e, de certa forma, definem a forma e os contornos da organização social e o papel do Estado. Como exemplo concreto será retratado a experiência de alguns protagonistas do bairro de São Caetano na luta pelo direito à Educação Infantil.

A história da mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano se insere no contexto mais amplo dos movimentos sociais no Brasil, no início dos anos 80, assim, como no âmbito da conjuntura sócio-econômica da época. As diferentes instituições comunitárias existentes foram originadas pela luta isolada de algumas mulheres ou do empenho da associação dos moradores, mas sempre partindo da representação feminina com um propósito comum, apesar de buscarem também benefícios pessoais e imediatos: um lugar onde deixar os seus filhos enquanto estavam cumprindo sua jornada de trabalho.

De acordo com Gohn (2005), os movimentos sociais se organizam em função de uma problemática urbana, seja no que tange à habitação, uso do solo ou o acesso aos

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em novembro de 2006, na residência da presidente da associação dos moradores da Baixa do Camurugipe, em São Caetano

serviços e equipamentos coletivos de consumo. As creches e pré-escolas enquadram-se, nesta última demanda social, por se caracterizar como um artefato coletivo que presta cuidado e educação às crianças de 0 a 06 anos. A autora aponta três formas básicas de agregação das lutas populares: as sociedades amigos de bairros ou associação de moradores; associação de favelas e as lutas e movimentos específicos pela moradia ou por equipamentos urbanos. Embora as três modalidades reivindiquem em torno de objetos semelhantes, as distinções se operam conforme a sua origem, concepção político-ideológica, o desenvolvimento do processo histórico, as articulações e os encaminhamentos das demandas e o produto resultante de suas ações.

As Sociedades Amigos de Bairros ou Associação de Moradores é caracterizada por Gohn (2005) pela política da troca de voto para melhoria infra-estrutural do bairro, não se desenvolve uma consciência crítica de se reivindicar como um direito ou rebeldia. As ações são efetivadas por um jogo consensual de “bom relacionamento” e clientelismo, as atitudes de exigir ou solicitar são preteridos pelas de favor.

As Associações de Favelas, ainda conforme a autora, lançam-se na luta pela habitação popular. Vítimas das conseqüências estruturais do sistema como desemprego, baixa remuneração, ausência de imóveis compatíveis com suas rendas e outras precariedades, interagem com os diferentes agentes sociais das instâncias estatais, político-partidárias, religiosas, dentre outras, para fazer jus ao uso do solo onde deram início às construções de suas moradias. A negociação integra desde a legalização do terreno aos aspectos básicos de infra-estrutura, como fornecimento de água e energia elétrica com tarifa reduzida.

A terceira forma de organização popular nomeada por Gohn (2005, p.36) são as Associações e Movimentos Comunitários: “não se organizam muito em entidades demarcadas, mas em coletivos unificados por regiões geográficas”. A mobilização envolve os setores mais espoliados da sociedade, as reivindicações giram em torno da noção de direitos. Há uma divisão interna do trabalho, com coordenadores, comissões, abrangendo agentes eclesiais de base, líderes comunitários e várias assessorias. O posicionamento político perante as autoridades é de igualdade nas falas e nos atos.

Em São Caetano, grande parte da mobilização por espaços de Educação Infantil assemelha-se à última forma de organização popular, geralmente, sendo representada por mães ou lideranças da comunidade. Apresenta, concomitantemente, traços do modelo das Sociedades Amigos de Bairros ou Associação de Moradores, porque suas lutas pairam nos resultados imediatos sem o enfrentamento político com o Estado,

característica importante das Associações e Movimentos Comunitários. Tudo é aceitável desde que não haja suspensão do uso do equipamento coletivo almejado, por isso a doação ou troca de favores são muito presentes e sempre bem-vindas. Existe também, uma rede de cooperação, mas todas as ações permanecem no universo local das necessidades.

O aparecimento de espaços alternativos de creches e pré-escola no bairro se inscreve no contexto da década de 1980, período que houve uma estagnação econômica, perda da qualidade de vida da população com aumento do número de desempregados e da criminalidade, doenças infantis, aumento dos sem teto, sem terra, que persiste até os nossos dias.

Ao mesmo tempo, a opressão sócio-política provocada pelo regime da ditadura foi substituindo, aos poucos, pela aprendizagem de se organizar e reivindicar. Uma das bandeiras era a construção de uma Nova Constituição que pudesse abarcar os anseios sociais antes oprimidos. Como corrobora Gohn (2005, p. 58), “[...] do ponto de vista político a década não foi perdida. Ao contrário, ela expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar”. Em relação às demandas da educação escolar, creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 06 anos foi um dos pontos de pauta.

Na conjuntura sócio-econômica e política delineada acima emergiu a primeira creche em São Caetano, precisamente em 1984. Originou-se pelo empenho da esposa do presidente da Associação de Moradores das ruas Nova de Camurugipe e Fonte da Bica de Baixo em decorrência da solicitação de mulheres que necessitavam trabalhar para garantir o sustento de sua família e não tinham com quem deixar seus filhos pequenos.

A creche atendia crianças de 01 ano a 06 anos e ficava localizada no fundo da casa do presidente da associação. Atendia mais de 50 crianças em turno integral. A manutenção infra-estrutural e de gêneros alimentícios era mantida por bazar, doações dos próprios moradores ou favores de alguns políticos pela troca de voto, o trabalho era desenvolvido pela própria fundadora, que ficava responsável, sozinha, por todas as crianças, como relata em entrevista:

Desde os dezoito anos eu sempre trabalhei com criança, sempre ajudando, fazendo trabalho comunitário. Quando a associação foi fundada por mim e por meu ex-marido fiquei dando aula às crianças, aqui em casa, era tipo uma creche o dia todo. Depois com o tempo parei esse trabalho, dei um tempo, mas aí o povo não me deixava em paz, pedindo para eu abrir uma creche. As mães choravam na minha porta dizendo que se eu não abrisse iam pedir esmolas com

seus filhos. Eu fui vendo tanta criança e o povo pedindo, que abri aqui no fundo uma creche, uma mini-creche inicialmente, e aí o trabalho deu certo. (...) era mais de 50 crianças que eu não dava conta, peguei um esgotamento físico.<sup>5</sup>

A instituição ainda existe, embora tenha diminuído o seu quantitativo por conta das dificuldades materiais e humanas. Atende à mesma faixa etária inicial, embora, por falta de espaço físico próprio, por um certo período o atendimento ficou sendo realizado na residência da presidente da associação. Atualmente, possui uma sede própria construída em 2006 por doação de alguns comerciantes do bairro e políticos para barganha de voto. A sua construção foi realizada por mutirão dos moradores.

A estrutura física é composta com uma sala grande, um sanitário e uma varanda pequena. Atende, atualmente, 25 crianças, segundo alegação da Presidente da Associação de Moradores, em função de não possuir o tempo que tinha antes, apesar da demanda por um atendimento bem mais amplo. Inclusive, algumas adolescentes fazem rodízio para ficar com as crianças durante o tempo de atendimento, que é das 8 às 18:00 horas. Conforme relato da responsável pela creche: “Tem assim umas jovens, adolescentes de dezesseis [anos] que se prontificam, revezando entre si, tá ali ensinando (...) fazendo um trabalho razoável.”<sup>6</sup>

De sua origem aos dias atuais, o movimento dos moradores deste perímetro de São Caetano, em relação à reivindicação de subsídios como uma política mais ampla de direito da criança e dever do Estado é ignorado. A Presidente da Associação de Moradores fica dando “jeitinhos” para sanar os problemas, como relata em um dos trechos da sua fala: “assim as mães ajudam no que podem, mandam uma merenda, ajudam no almoço e a gente também tem ajuda da CEASA com a doação das frutas e verduras que eles não conseguem vender”<sup>7</sup>.

Evidenciou-se, também, no decurso da entrevista, uma distorção da finalidade de atendimento dos dois segmentos da Educação Infantil. Em vários momentos o termo “creche” se referia ao aspecto do regime de horário das crianças – turno integral, embora atendesse crianças de 04 a 06 anos. Equívoco verificado nas demais instituições comunitárias visitadas no bairro.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada com a coordenadora da Creche da Associação da Rua Nova do Camurugipe e Rua Fonte da Bica de Baixo, em São Caetano, na sua residência, em novembro de 2006.

<sup>6</sup> Entrevista realizada com a coordenadora da Creche da Associação das Ruas Nova Camurugipe e Fonte da Bica de Cima em São Caetano, na sua residência em novembro de 2006.

<sup>7</sup> Mercado que vende frutas, legumes e outros gêneros alimentícios em Salvador. Consideramos preocupante a qualidade dos produtos que o mercado “não consegue vender”.

Ainda em meados dos anos 80 surgiu uma outra instituição para atender crianças pequenas, na mesma rua, com a iniciativa de uma mulher batizada pela comunidade de “Mãe Flor”. Como ato de “bondade” ela fundou uma creche e pré-escola, de turno integral, que atendia em média 100 crianças<sup>8</sup>. Segundo depoimento das professoras, a instituição ainda é “comunitária” – filantrópica e atende crianças de 2 a 06 anos. No ano 2006 obtive informações de que a escola atendia apenas crianças do Ensino Fundamental.

O silêncio de “Mãe Flor” e seu mistério em relação aos fatos da fundação e o motivo pelos quais criou a sua creche e pré-escola, não é só para mim, mas para as outras lideranças do bairro também. Em conversa informal uma ex-diretora da associação alertou: “ela é um baú fechado, desista”. A sua omissão tem uma história vivenciada à distância e ao mesmo tempo perto, pois morava na mesma rua. A instituição que fundou e atendia em turno integral tinha 04 salas, 02 banheiros, cozinha e uma pequena varanda com grades. Sempre víamos chegar caminhões carregados de alimentos, que além de suprir as necessidades da instituição ela distribuía com os moradores. Certo dia uma rede de televisão da cidade chegou à sua instituição no momento exato da distribuição: uma denúncia anônima a delatou. Depois desse episódio, o espaço ficou fechado por algum tempo. Passado alguns anos, reabriu e, atualmente, continua atendendo, cobra uma taxa mensal, mas não atende mais em turno integral.

Além dessas instituições, existem outras duas denominadas de ‘creche’ por atender em turno integral. Uma emergiu pela iniciativa de três irmãs da Capelinha de São Caetano. A outra foi criada a partir do movimento do Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança de uma igreja evangélica, fundada em 13/03/2000, situa-se próximo à Baixa do Camurugipe. Ambas atendem em média 60 crianças e surgiram por necessidades distintas, apesar de o pano de fundo ter sido a substituição da ausência das figuras materna e/ou paterna, enquanto estavam cumprindo sua jornada de trabalho.

A instituição Creche-Escola Didática Arco-Íris que se auto-denomina comunitária, localiza-se na Capelinha de São Caetano e nasceu pelo desejo de três irmãs que gostavam de ensinar crianças e aproveitaram este sentimento para atender à demanda existente. Atende crianças de 1 ano e 7 meses ao Ensino Fundamental.

---

<sup>8</sup> Infelizmente não foi possível fazer entrevista com Mãe Flor por sua recusa. Várias vezes fui à instituição, que se localiza no pavimento abaixo de sua residência, mas as professoras informavam que ela não estava. Consegui em um dado momento falar ao telefone com ela, entretanto foi ríspida e incisiva, que não iria falar sobre a “creche” porque agora ela tinha uma “escola”.

Segundo entrevista realizada com a diretora não atende berçário por causa da ausência de espaço e condições materiais para recebê-los, mesmo com a grande procura pelos responsáveis de crianças nessa faixa etária.

Para manter o atendimento cobra uma taxa mensal aos pais e recebe uma contribuição da AEEC (Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias), como relata em seu depoimento:

Por ser comunitária nós cobramos uma taxa menor que da redondeza, pra a gente manter o aluguel, as meninas também, porque elas fazem um trabalho voluntário, mas nós damos uma gratificação a elas mensal então agente precisa dos pais em relação à isso e ao aluguel.

Agora nós recebemos uma contribuição da AEC (Associação das Escolas Comunitárias), mas é um dinheiro anual, é uma ajuda que eles dão pra as escolas, geralmente em dezembro, janeiro, fora isso a gente vai “empurrando com a barriga”(....) e os pais também ajudam, além da mensalidade com o próprio trabalho deles. Alguns dizem que vem ajudar, mas depois inventam uma desculpa e não aparecem.<sup>9</sup>

A Instituição comunitária originada pelo Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança, localiza-se em uma área muito violenta, inclusive, esta é uma das justificativas de sua implantação, como resgatado no seu memorial:

A priori, o surgimento do Clube de Mães ocorreu por meio de reivindicações dos moradores em relação à existência de uma escola-creche que atendesse a necessidade das mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos.

Em decorrência dessa situação as crianças estavam vivendo um processo de marginalização, pois, mesmo sendo ainda pequenas passaram a ser alvo das facções criminosas. Preocupadas com esse fato, um grupo de mães resolveu se reunir e então propuseram a fundação de uma Escola-Creche, como sendo uma solução para o problema das famílias que não tinham como educar seus filhos, devido ao trabalho de tempo integral.

Essa organização popular foi capaz de desenvolver realmente a fundação do Clube de Mães a Serviço da Vida e da Esperança, que se constituiu como fator principal de transformação social. O objetivo principal do Clube de Mães é atender às necessidades das mães que necessitam trabalhar para sobreviver, por isso, o trabalho voluntário prestado por mães da própria comunidade na Escola permite a tranquilidade das mães em relação à educação de seus filhos, pois, sabem onde e com quem estão as suas crianças. (MEMORIAL DA CRECHE SERVIÇO DA VIDA E ESPERANÇA, 2000, p. 1)

A creche se mantém com os recursos de uma ONG italiana *Ágatha Esmeralda*, pelo repasse da prefeitura de 3%, que, segundo depoimento da coordenadora, é anual e irregular e por doações esporádicas de alimentos, através do projeto *Prato Amigo* vinculada a ONG *Mais Social*. A instituição tem um computador, DVD e televisor,

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada em junho de 2007, na sede da instituição, na Capelinha de São Caetano.

materiais tecnológicos raros nas outras instituições comunitárias, fruto dos subsídios financeiros das próprias mães, que contribuem com quanto e quando podem, e alguns recursos das ONG'S. Na fala da coordenadora ficou evidente o envolvimento emocional com seu trabalho, tentando sozinha minimizar a situação precária das crianças, em um “espírito maternal” , mesmo na sua ingênua forma de “cuidado” e zelo:

É muito menino, e aí todo dia tem gente lá na porta: ‘oh! Pelo amor de Deus me ajude’, que a gente sabe a realidade, né? Têm algumas mães que contribuem, outras não contribuem, são zero oitocentos, então eu sou aquela mãe que se preocupa com aqueles, que eu chamo de meus filhos, né? São meus filhos. Eu não quero que ninguém faça nada, porque são meus filhos que eu tomo assim do coração porque...(emociona-se)

Ah! Eu amo meus filhos, eu hoje tava numa reunião com Secretário de Saúde porque eu sou agente comunitário, então quando eu saio deixo o almoço tudo pronto, já eu tava assim... mas assim meu Deus porque eu gosto de botar o almoço deles porque eu acho que eu boto a quantidade certa sei lá, eu acho que o poder da mãe é todo especial com os filhos, né<sup>10</sup>?

Esta fala da coordenadora, bem como as intenções que impulsionaram a sua criação, como explicitado no seu memorial, de válvula de escape das facções criminosas do perímetro, revela a “preocupação” como um fenômeno alienante das relações humanas frente à realidade objetiva. KOSIK (1976) afirma que a atitude de “preocupação” substitui a categoria “trabalho” como um processo criador e transformador das ações do homem em relação ao seu meio, manifestando-se à consciência diária como um mundo já pronto e provido de aparelhos, equipamentos, relações e contatos, em que os indivíduos, isoladamente, através da ocupação (ação meramente reprodutora), busca dar respostas direta e imediata aos problemas que parecem ser desconectados com a totalidade, cuja a origem está oculta.

Montaño (2002) também delinea a função social de intervenção do “ator voluntário” como um agente que deixa de ser sujeito, passando a se materializar num sistema supra-histórico. Deixa-se levar pelo princípio que “já não se faz a (nem se pensa na) história, mas apenas *em* estórias, singulares e cotidianas” (MONTAÑO, 2002, p. 243).

A instituição conta com o trabalho voluntário de quatro pessoas: uma professora, uma auxiliar, um porteiro, que, às vezes, exerce a função das duas primeiras e uma pedagoga que trabalha no turno matutino, organizando as atividades para a professora ministrar. O trabalho voluntário, segundo relato da coordenadora, é o grande problema.

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada na residência da coordenadora da creche, em agosto de 2007.

Certa feita uma pessoa que trabalhou voluntariamente colocou a instituição na justiça, o que acarretou a retenção do recurso financeiro oferecido pela Prefeitura, como revela em sua fala:

E eu tive um problema com a justiça que uma pessoa que estava lá, mas aquele pai que é santo e poderoso ele viu que eu não merecia isso. A sorte nossa que conseguimos com a ONG o ressarcimento que ela estava pedindo. A gente não tem fundo, não tem dinheiro em caixa. E a gente investe no que faz, é investido ali nos meninos, entendeu? Se você tem alguma pendência com a justiça a Prefeitura não lhe dá os 3%, que é pouco, mas ajuda.

E ela foi uma das pessoas que fundou a entidade junto com a gente, uma das mulheres que a filha dela ficava lá também, mas hoje em dia é assim você ajuda as pessoas, mas você não espere bondade delas.

A dificuldade que a gente tem é com o pessoal, uma grande dificuldade porque eu mesmo queria poder assinar a carteira do pessoal, eu queria dá possibilidade de trabalhar, mas eu não tenho como, não tenho, não tenho mesmo. Eu achava que uma das coisas que devia ser valorizada dentro da entidade seria o pessoal se a gente conseguisse uma pessoa que dissesse: “esse pessoal vai ser meu, vai entrar na minha folha”. Uma empresa assim, eu queria que ela dissesse que ia tomar aquelas quatro pessoas, entendeu? Isso me deixaria bem mais aliviada.<sup>11</sup>

Percebe-se em todas as mobilizações por instituições de Educação Infantil no bairro uma tentativa de cada um de forma isolada sanar suas dificuldades. A concepção da creche comunitária como um princípio democrático da co-gestão, em que se integram comunidade e Estado para realização da atividade de serviço à criança, como preconizado por Castro (1991), é substituída pela visão neoliberal de ações individuais e a prática da parceria precária com as organizações não-governamentais, camuflando os interesses políticos e contradições de classe.

Montaño (2002) aponta uma perspectiva contra-hegemônica de articulação da sociedade civil que comunga com a concepção ampliada de Estado em Gramsci: *a mobilização, como lutas sociais, por direitos sociais*. Neste movimento, a participação da comunidade não é concebida como gerenciadora de recursos e executora dos serviços sociais, mas como luta conjunta, fundamentada e orientada pelas contradições de classes, pressionando e obrigando “Estado e o capital a absorver certas demandas e a incorporá-las como função do Estado” (MONTAÑO, 2002, p. 278).

Partindo desse pressuposto, a mobilização da sociedade civil não é desenvolver ou compensar os serviços sociais que o Estado não assume ou descentraliza para o âmbito privado, mas devem ser lutas com intuito de preservar e ampliar conquistas históricas para suprir as demandas sociais da coletividade, desmascarando os mecanismos e interesses nas esferas do Estado, do mercado, da produção e da própria

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida na sua residência em agosto de 2007.

sociedade civil que tentam manter o controle e privilégio de uma determinada classe hegemônica.

A história da mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano, revela medidas paliativas provocadas pela ausência do poder estatal, ainda como iniciada nos anos 70. No cotidiano das famílias de extratos sociais desfavorecidas são essas instituições que vêm suprindo, de fato, as demandas por esses equipamentos coletivos do jeito que podem. Não pode se perder de vista de que forma este atendimento tem funcionado como uma política que respeite os direitos fundamentais da criança.

### **Considerações finais**

Como resultado constatou-se que a (re) configuração atual do papel do Estado tem mantido a transferência de responsabilidade para o âmbito privado na expansão da Educação Infantil no Município, caracterizado por um serviço que não atende às especificidades da infância, funcionando como antecipação do Ensino Fundamental ou como um espaço que “guarda” as crianças enquanto os membros da família cumprem a jornada de trabalho.

Ademais, apesar de as instituições comunitárias assumirem parcela da educação das crianças de 0 a 06 anos das camadas menos favorecidas do município, existe uma descontinuidade no repasse dos recursos e ausência de uma política pública de formação para os professores dessas instituições, gerando um despreparo profissional que afeta os direitos fundamentais básicos da criança, conforme a origem da classe social a que pertence. Aquelas oriundas das camadas menos favorecidas que não possui condições de escolha, em função da situação sócio-econômica de suas famílias, são postas em qualquer tipo de espaço disponível, desde que fiquem protegidos e assistidos. Haja vista que trabalhar para as mulheres desse extrato social não configura apenas um meio de realização profissional, mas de sobrevivência.

As creches e/ou pré-escolas que emergem pelo empenho de comunidades locais funcionam como mecanismos para preencher a lacuna do Estado, incentivando a privatização, uma vez que as próprias famílias assumem financeiramente a sustentação e a continuidade do serviço, deixando de lado a gratuidade que caracteriza a “escola” pública. O discurso de que a comunidade deve arcar com a educação de seus filhos vem servindo como forma de manobra do projeto neoliberal para isentar o Estado na garantia

de proteção social, no caso do estudo, em destaque a educação.

O histórico de mobilização por creches e pré-escolas em São Caetano revelou como a incrementação de espaços criados pela própria população não vem promovendo lutas articuladas e amplas para a consolidação da Educação Infantil no município como uma política pública. A busca por soluções imediatistas impossibilita manifestações e pressões para ações coletivas. As ONG's e as próprias famílias assumem a função do Estado com ações pontuais e paliativas, escamoteando as mudanças estruturais que desencadeiam esta forma de intervenção social.

A falta de um controle e acompanhamento dos órgãos competentes vem proporcionando a continuidade da educação e cuidados para as crianças de 0 a 06 anos, com um enfoque assistencialista ou partindo do extremo da escolarização precoce, nos moldes do saber hegemônico criticado pelos próprios movimentos da educação popular. A falta de apoio técnico-pedagógico e financeiro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem comprometido ainda mais o fazer pedagógico dessas instituições, pois as políticas de formação não alcançam os profissionais dos CEIC nem em serviço, nem de forma continuada.

O estudo também revelou um forte laço solidário entre os moradores, mesmo com as dificuldades materiais que possuem, criando lideranças e mecanismos de saídas para evitar sucumbir frente às mudanças estruturais do sistema e a falta de oferta dos bens sociais elementares. Apesar de locais, quem sabe possam ecoar como forma de enfrentamento mais amplo e emancipatório.

## **Referências**

AZEVEDO, Janete M.Lins. *A Educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, 3. ed. (coleção polêmicas do nosso tempo).

BASTOS, Eni e PEIXOTO, Maria Solange. Creches comunitárias de Salvador: perfil do serviço In *Creche comunitária: uma alternativa popular*. Ana Alice Alcântara Costa (org.) Salvador: NEIM/UFBA; EGBA;SEC, 1991.

CASTRO, Mary Garcia. Importância social das creches comunitárias: perfil do usuário In: *Creche comunitária: uma alternativa popular*. Ana Alice Alcântara Costa (org). Salvador: NEIM/UFBA, EGBA, SEC, 1991.

COSTA, Ana Alice Alcântara (org.) *Creche comunitária: uma alternativa popular*. Salvador: NEIM/UFBA; EGBA; SEC, 1991.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2005.

KOSIK, Karel. Economia e filosofia In: *A dialética do concreto*. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e GRAU, Nuria C. (Orgs.). Entre o Estado e o Mercado: o público não estatal. In: *O público não-estatal na reforma do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERONI, Vera. *Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.